

Partidos aliados do Governo repudiam pacote que aumente ou crie impostos

PFL diz que apóia reforma tributária completa já, mas sem elevação de alíquota

Denise Rothenburg

• BRASÍLIA. Antes mesmo de o Governo anunciar as medidas destinadas a combater o déficit fiscal, os partidos aliados reagiram: não aceitarão qualquer proposta que venha a resultar em aumento ou criação de novos impostos, duas medidas que estão em estudo pela área econômica. O partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, foi o primeiro a se rebelar. Ontem, num almoço na casa do deputado José Aníbal (PSDB-SP), a cúpula tucana decidiu que vai trabalhar sua bancada no sentido de rejeitar qualquer proposta que aumente a carga tributária. O secretário-geral do partido, deputado Arthur Virgílio (AM), foi claro:

— É “impassável” esse negócio de imposto de combustíveis ou aumento de carga tributária que resulte em concentração de renda. O PSDB não apóia. Não queremos brincar de colcha de retalhos e meia-sola. Queremos reformas radicais — disse Arthur Virgílio, referindo-se às notícias de que o Governo prepara um novo pacote de aumento de impostos.

PFL: reforma tributária sim, novo imposto não

No PFL, o maior partido da Casa, as reações foram semelhantes. O presidente pefelista, deputado José Jorge (PFL-PE), disse que todas as conversas que manteve com integrantes de sua bancada tiveram o sentido de apoiar uma reforma fiscal completa já e não ficar em discussões de novos impostos ou alta de alíquotas:



O PRESIDENTE da Comissão de Orçamento, Ney Suassuna: faltam recursos

— Se o Governo quiser fazer uma reforma tributária, tudo bem, mas imposto novo, não. E não aceitamos aumento de alíquotas. No caso do CPMF, eu mesmo votei contra.

O clima de insatisfação ficou claro na sessão da Comissão Mista de Orçamento realizada ontem pela manhã. Os deputados e se-

nadores convocaram o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para explicar os cortes no Orçamento e as medidas que o Executivo pretende tomar na área fiscal e se insurgiram contra o projeto de crédito adicional que destinava R\$ 245 milhões para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O projeto prevê R\$ 140

milhões para investimentos, outros R\$ 60 milhões para “inversões financeiras”, e o restante para administração. O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) foi o primeiro a reclamar:

— Não é possível destinar para a Anatel aplicar em dois meses mais do que cada estado da Federação recebeu em termos de investimentos em 96

A comissão também está irritada com a avalanche de créditos adicionais e suplementares que o Governo enviou ao Congresso até o dia 30 de outubro, último do prazo. São 70 créditos que somam R\$ 10,5 bilhões. A maior parte será usada para cobrir gastos com pessoal e custeio da máquina pública.

Relator ameaça cortar recursos do Brasil em Ação

A base do Governo também está preocupada com o Orçamento deste ano, mas, como já negociou a liberação da parte que lhe cabe, concentra todo seu interesse na proposta de 1998. Ontem, o presidente da comissão, Ney Suassuna (PMDB-PB) e o relator-geral, Aracely de Paula (PFL-MG) foram ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) tentar sair do impasse da falta de recursos para atendimento das emendas ao Orçamento do ano eleitoral. O relator da parte de infraestrutura, deputado Pedro Novais (PMDB-AM), ameaça cortar recursos do Brasil em Ação, caso o Governo mantenha a intenção de não separar recursos para as emendas dos deputados e senadores. ■

Ailton de Freitas